

“População”, Praieiros e Baronistas: luta política e participação popular nas eleições gerais de 1844 no Recife

Manoel Nunes Cavalcanti Junior – Mestre em História pela UFPE – CIENB/BA

O ano de 1844 representou um momento significativo de mudança no controle político da província de Pernambuco. Desde 1837 a política local era dominada pelo grupo de Francisco do Rego Barros, barão e futuro conde da Boa Vista. Mesmo pertencendo aos quadros conservadores, Rego Barros formava uma aliança com o grupo liberal do senador Holanda Cavalcanti, permitindo assim o controle do governo e dos cargos necessários para isto independente do governo central estar nas mãos de conservadores ou liberais. Esta composição começou a entrar em crise em 1842, quando se acirrou a disputa por espaço político e ocupação de cargos. Insatisfeitos com o exclusivismo dos Rego Barros/Cavalcanti, deputados liberais dissidentes e algumas lideranças anteriormente ligadas aos conservadores fundaram o *Partido Nacional de Pernambuco* ou, como ficou mais conhecido, *Partido Praieiro*.

O Partido da Praia formulou um discurso baseado em dois pontos. O primeiro era a oposição ao domínio da família Cavalcanti/Rego Barros, encarnada na pessoa do Barão da Boa Vista, então Presidente da Província. O segundo consistia na defesa da nacionalização do comércio a retalho, ramo maciçamente dominado pelos portugueses. Inicialmente os praieiros dedicam-se à luta contra a administração de Boa Vista. Os confrontos aconteciam nas Assembléias e nos jornais da época, sendo que os dois grupos possuíam jornais que lhes serviam de porta-vozes. Do lado baronista, o principal era o *Diário de Pernambuco*. Já os praieiros atuavam através do periódico *Diário Novo*, cujo proprietário era Luiz Inácio Ribeiro Roma, irmão do General Abreu e Lima e filho do Padre Roma, uma das principais figuras da Revolução de 1817.

Apesar de todo esforço, a situação para os praieiros era desfavorável. Seus adversários políticos dominavam o governo provincial e contavam com um sólido apoio do governo central através do gabinete conservador de 20 de janeiro de 1843, cujo nome principal era o de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná e então Ministro da Justiça. Este quadro começa a mudar ainda no início de 1844. Medidas impopulares e conflito com o imperador levaram à queda do gabinete e à ascensão dos liberais. No dia 2 de fevereiro daquele ano, D. Pedro nomeia um ministério liberal.

Era a oportunidade que os praieiros esperavam. De pronto, a Praia saúda o novo gabinete e coloca-se como sendo seu aliado e representante na província.¹ Suas expectativas vão se

¹ Para os conservadores de Pernambuco, a queda do ministério anterior vinha sendo tramada pelos membros do chamado *Clube da Joana*. Segundo Izabel Marson, fora esta facção e principalmente seus articuladores que abriram as portas da Corte para a Praia. Ver Divisão de Pesquisas Históricas/UFPE, *Diário de Pernambuco*, nº 70, 23/03/1844.

crystalizando ainda mais quando no dia 24 de maio o imperador baixa um decreto dissolvendo a Câmara dos Deputados e convocando eleições para novos deputados gerais. Sendo de maioria conservadora, a Câmara não havia aceitado a queda do ministério anterior e já acenava com resistência para o novo gabinete. Com a dissolução, os liberais esperavam formar maioria na nova Assembléia.

Os praieiros aproveitam a nova situação política do império para forçar a saída de Rego Barros da presidência provincial. Este posto era estratégico para que qualquer gabinete almejasse a vitória eleitoral nas províncias.² Como Boa Vista estava ligado ao grupo que perdera o poder na Corte, o gabinete liberal não via outra saída a não ser substituí-lo. Em abril do mesmo ano o imperador aceitou o seu pedido de demissão, chegando em junho o seu substituto definitivo, o baiano Joaquim Marcelino de Brito.

Superada esta etapa, a Praia e sua liderança voltaram suas cargas para preparar o terreno rumo ao embate eleitoral das eleições primárias e secundárias, previstas, respectivamente, para setembro e outubro daquele mesmo ano. A estratégia política foi arregimentar o máximo de apoio para superar a máquina eleitoral montada pelos baronistas durante o período que se mantiveram no poder. Para alcançar este objetivo os praieiros gastaram bastante energia no aliciamento das camadas populares do Recife, principalmente entre os homens livres pobres e artífices. Primeiro tentou-se trazer para o seu lado as lideranças políticas que tivessem maior influência entre aqueles grupos, como os irmãos Machado Rios e o liberal radical Borges da Fonseca. Este não cedeu ao canto da “sereia”, mas boa parte dos aliados do *Nazareno* decidiu-se pelo apoio à Praia. O próximo passo para atrair a confiança da população mais pobre do Recife foi incorporar no seu discurso temas de seu interesse, tais como o anti-lusitanismo e a nacionalização do comércio a retalho.

O resultado final daquelas eleições não deixa dúvidas quanto ao sucesso da estratégia praieira. Só no colégio do Recife os candidatos da Praia ficaram com 62% dos votos nas eleições secundárias. Dos treze primeiros candidatos (número de vagas que a Província tinha na Câmara dos Deputados), oito eram dos seus quadros. Três de seus mais importantes líderes foram os mais bem votados: Urbano Sabino, Antônio Afonso Ferreira e Nunes Machado. Nomes importantes do Partido Conservador ficaram bem atrás nos números da capital, tais como Maciel Monteiro, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti, o próprio Barão da Boa Vista, Sebastião do Rego Barros e Nabuco

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 233-34.

² Sobre o papel dos presidentes de província nas eleições, ver GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. cap. 2; SOUZA, Francisco B. S. de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Octaciano Nogueira (ed.). Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, vol. 18. Brasília: Senado Federal, 1979. cap. 1. CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. *Praieiros, Guabirus e “População”*: as Eleições Gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 2001. cap. 3.

de Araújo.³ Do resultado final divulgado pela Comissão de Constituição e Poderes da Câmara, onze deputados eram praieiros e apenas dois conservadores.⁴

Pode-se afirmar que o sucesso deveu-se em boa parte ao forte e significativo apoio das camadas mais pobres da capital para os candidatos praieiros. Tal relação suscita algumas questões, como a forma de atuação desta parte da população recifense no processo eleitoral, suas motivações e a natureza de sua ligação com a Praia.

Em uma de suas obras, Izabel Marson critica uma corrente de interpretação da Praieira que remonta a Joaquim Nabuco e passa por Amaro Quintas, onde o movimento é visto como possuindo forte conotação popular. Para ela, a composição do partido e sua prática política demonstram seu caráter elitista e comprometedor com as estruturas excludentes da época. O próprio caráter popular do movimento foi construído pelos seus adversários com o objetivo de condená-los pelo crime de rebelião.⁵ No meu ponto de vista, a documentação sobre as eleições daquele ano apontam mais para a perspectiva de Nabuco do que a de Marson. Pode-se até concordar com a autora no que se refere ao interesse último da liderança praieira. De fato ela não visava a transformação das estruturas sociais e políticas que impediam as camadas populares de terem acesso às decisões do poder. O próprio Borges da Fonseca por várias vezes apontou as contradições do discurso da liderança praieira, principalmente no que dizia respeito entre ela e o passado de seus principais políticos. Mas não se pode negar o apoio que aquelas camadas deram aos praieiros.

Acredito que o foco da questão deve ser centrado não na liderança do Partido Praieiro, e sim nos próprios integrantes destas camadas populares. O Recife nesta época experimentava um processo de crescimento da sua área urbana e da população, aumento da mendicância, carestia dos produtos de primeira necessidade e alastramento do desemprego.⁶ Os desdobramentos destes problemas econômicos e sociais na cidade levavam a uma visão deturpada sobre os seus reais motivos. O inimigo número um da população mais pobre, a que mais sofria com todos estes problemas, era o estrangeiro, principalmente o elemento lusitano. Num quadro como este, o canto da sereia praieira era quase irresistível. Nem mesmo Borges da Fonseca, homem acostumado a lidar com esta parte do povo recifense, conseguiu convencê-los de que a Praia queria apenas utilizá-los como massa de manobra. O problema era que para aquelas pessoas o Partido Praieiro significava uma possibilidade real de colocar no poder um grupo que procurava se identificar com seus anseios. Afinal de contas, que outro grupo político com chances de conquistar o controle do governo provincial tinha até então inserido em seu discurso reivindicações e propostas daqueles grupos?

³ CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. *op. cit.* p. 116. Diário Novo, nº 211, 28/09/1844.

⁴ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Diário Novo, nº 21, 27/01/1845.

⁵ MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1850)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁶ CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. *op. cit.* cap. 1.

Mesmo que para a liderança do partido as promessas não passassem disso, para aquela parte da população o aceno de que reivindicações suas seriam atendidas era pra valer. Animados com a possibilidade de solução para os seus problemas, os artistas nacionais resolveram encaminhar para o Rio de Janeiro uma petição em que reivindicavam a expulsão de artistas estrangeiros. No dia 11 de dezembro o *Diário Novo* publicava o seguinte aviso:

“No dia 12 do corrente mês estará exposto em casa de Luiz Gonzaga de Viterbo, na rua estreita do Rosário n. 39, para os Pernambucanos artistas que quiserem assinar um requerimento que se dirige a Sua Majestade e à Assembléia Geral em que se pede prontas providências a fazer parar as calamidades brasileiras mostrando a causa dos males que nos afligem e indicando o remédio a pôr termo a eles.”⁷

Comentando esta nota, o *Diário de Pernambuco* mostrava a motivação que estava por trás do documento:

“A malta da praia, os pescadores de Deputação e mais concumitâncias para levarem a classe de operários a se prestar aos seus manejos eleitorais, prometeram-lhe nesta vida mais do que Mafoma prometeu aos seus seguidores na outra. Entre outros contos e enredos com que a embalaram e seduziram foi a expulsão dos estrangeiros artistas e artífices de todo o gênero etc. etc. O verso entoou, os pobres homens deixaram-se levar do brilho de um sonho, o serviço que deles se queria foi feito; tratava-se do pagamento: fez-se o assinado...”⁸

Os praeiros reconheceram a legitimidade da reivindicação, mas não assumiram a autoria do documento e nem admitiram que tivessem feito tal promessa aos artistas. “Eles, é verdade, muito nos ajudaram, porque são cidadãos, têm sentimentos políticos e são nossos correligionários, como são todos os que vivem licitamente de sua indústria e trabalho... Eis a razão única porque eles nos ajudaram, e não porque os iludíssimos.”⁹ Mas o que importava não era tanto a questão de terem ou não feito a promessa, e sim o fato de assumirem em seu discurso a defesa dos interesses de tais grupos sociais.

No que diz respeito à participação das camadas mais pobres do Recife no processo eleitoral, percebe-se como a legislação procurava impedi-la. A começar pelo voto censitário, onde se estipulava uma determinada renda para que o indivíduo tivesse o direito do voto. Mesmo que a lei desse margem para interpretações as mais diversas, e com isso uma parte significativa de homens livres não-proprietários acabassem votando, o máximo a que chegariam era participar como

⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, *Diário Novo*, nº 271, 11/12/1844.

⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, *Diário de Pernambuco*, nº 280, 14/12/1844.

⁹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, *Diário Novo*, nº 278, 19/12/1844.

votantes primários. Mas como já afirmou Giovanni Levi, todo sistema normativo, por mais rígido que seja, sempre deixa frestas para que o indivíduo possa agir com relativa liberdade.¹⁰ Foi isso o que pudemos constatar nas eleições de 1844. E o fecha-fecha de setembro daquele ano pode ser analisado a partir desta perspectiva.

Durante a eleição para juizes de paz e vereadores, ocorrida no dia 7 de setembro do mesmo ano, um desentendimento entre praieiros e autoridades ligadas aos baronistas na freguesia de Afogados provocou uma série de distúrbios na cidade nos dias seguintes. Grupos das freguesias da Boa Vista e Santo Antônio se dirigiram até lá para intervir ao lado dos praieiros. Nas noites dos dias 8 e 9 de setembro estes grupos, quando do seu retorno para suas freguesias, promoveram o fecha-fecha na cidade. Segundo a imprensa baronista, os “batalhões ligeiros” ameaçaram o comércio e agrediram diversas pessoas, principalmente portugueses.¹¹

Aquelas duas noites foram bastante conturbadas em muitas ruas do Recife. Grupos armados de cacete espalhavam o medo e a violência entre os cidadãos “pacíficos” da cidade. Segundo *O Guararapes*, o fecha-fecha teve início com a entrada do batalhão de “cacetistas” na cidade. Os agitadores dividiram-se em dois grupos, indo um dar vivas no pátio de Santa Cruz, na Boa Vista, e o outro, tendo à frente Nunes Machado e Afonso Ferreira, no Campo do Palácio.¹² Depois disso, o que se viu foi o desfile de muitos grupos pelas ruas provocando brigas e muita confusão, com a perseguição de pessoas ligadas aos seus adversários políticos. Mais uma vez, um dos alvos visados foram os portugueses, que, segundo o jornal, “viram sua hora chegada”. Houve até o embarque de famílias em navios ancorados no porto para fugirem da violência destes grupos. Diante de tanta confusão, a atitude do comércio não poderia ter sido outra a não ser a de fechar as portas dos seus estabelecimentos.

Como interpretar a promoção destes eventos num momento de luta política? A pressão popular sobre os votantes e de apoio às mesas paroquiais dominadas pela Praia foi uma das armas utilizadas pelo partido para garantir a vitória no pleito. Para tanto era necessário mobilizar um número grande de pessoas que estivessem dispostas a ajudar. Foi a partir daí que os grupos populares aliciados pelos praieiros começaram a agir de conformidade com a sua visão de mundo e de sua maneira de interpretar o mau momento em que viviam. A promoção do fecha-fecha não era do interesse da liderança praieira, pelo menos não da forma como aconteceu. O que ela desejava era pressão política, e não violência nas ruas. Afinal de contas, a chefia de polícia era sua e eles tinham um presidente de província até então acessível e nomeado por um ministério tido como aliado. Não era interessante promover violência e dar margem para que seus adversários tentassem desmoralizar

¹⁰ LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. in BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

¹¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, Diário de Pernambuco, nº 210, 19/09/1844.

¹² Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, O Guararapes, nº 13, 17/09/1844, p. 1.

as autoridades policiais e o próprio governo provincial. Além disto, a eleição apresentava-se extremamente favorável à Praia, e sua liderança não correria o risco de vê-la anulada por conta de violências promovidas por seus correligionários. Já os baronistas não tinham apoio popular suficiente para se contrapor aos praieiros e promover uma manifestação como aquela.

Isto nos leva a interpretar o fecha-fecha como sendo uma manifestação de grupos marginalizados dentro da sociedade recifense e que naquele momento tinham encontrado uma brecha para demonstrar suas insatisfações através do aceno feito pelos praieiros. O estopim para os acontecimentos de setembro foi o lugar que a liderança praieira deu para tais grupos, que normalmente tinham poucas possibilidades de participação no processo eleitoral. É interessante percebermos os integrantes e os alvos da manifestação.

A documentação nos fornece alguns indícios sobre a condição social das pessoas que participaram do fecha-fecha. Uma primeira pista é a referência dos periódicos da época às intenções dos pescadores de Fora de Portas, no Bairro do Recife, na noite do dia 8. Seria um dos grupos que aproveitaram as agitações para promover perseguições a certas pessoas, provavelmente motivados por sentimentos de vingança. Houve também a prisão de um soldado do Batalhão de Artilharia na noite do dia 9, estando armado de um cacete. Uma das explicações para o apoio de elementos da tropa de linha e da polícia aos praieiros é a influência exercida sobre eles pelos irmãos Carneiro Machado Rios, militares e líderes bastante populares aliados dos praieiros naquele momento. Além destes, o próprio Pedro Ivo, militar também influente entre os soldados, foi um elemento ativo nas ações eleitorais. Por fim, as expressões usadas pelos jornais para se referir aos participantes daquele evento nos apontam outras pistas: *população anarquizada, cacetistas, pandilha, desordeiros e gentalha*. Já as vítimas da anarquia seriam os *proprietários, as famílias, os amigos da ordem, os cidadãos, os negociantes, os comerciantes e os homens pacíficos*. Portanto, a massa dos integrantes do fecha-fecha seria formada por homens não-proprietários, sem fortuna, mal vistos pelas elites e pertencentes ao baixo escalão da sociedade. Em outras palavras, seria a “população” do Recife.

Esta “população” não se envolveu nos eventos ligados às eleições de 1844 simplesmente por laços de clientelismo a um ou outro grupo político, nem por pura simpatia, mas havia um outro elemento que os impulsionava a cerrar fileiras com os praieiros. Este elemento já foi apontado por Joaquim Nabuco: a luta em favor da nacionalização do comércio a retalho. Reivindicação antiga do “povo” recifense, a bandeira em favor desta luta seria retomada a partir de 1844 e se estenderia no discurso da Praia até o embate final de 1848-9 com a luta armada.¹³ Para a população pobre da cidade, a principal fonte das suas mazelas era o excesso de portugueses no pequeno comércio. Os lusitanos monopolizavam não somente a propriedade dos pequenos estabelecimentos, mas também

¹³ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 113-118. Ver também CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Praieira e a Nacionalização do Comércio a Retalho*. in Anais da XV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa História. Rio de Janeiro: 1995.

as vagas de emprego oferecidas neste ramo. Tamanha era a revolta contra esta situação que também se reivindicou a expulsão de todos os portugueses solteiros da Província.¹⁴ Isso explica porque um dos principais alvos de tumultos como o fecha-fecha e os mata-marinheiros eram os portugueses e o seu comércio.

Desta forma, a reivindicação da nacionalização do comércio a retalho foi o elemento de maior propulsão que levou a “populaça” a participar de eventos como o fecha-fecha e a se integrar na luta política provincial. O seu apoio iria para aqueles que encarnassem, pelo menos no discurso, tal causa. Favorecidos por um ambiente político onde os grupos dirigentes encontravam-se desunidos e, portanto, enfraquecidos, o “povo” encontrou oportunidades de pôr na rua sua reivindicação. Dirigidos pela sua interpretação do momento político, aqueles grupos subordinados agiam conforme as suas expectativas de verem concretizadas as medidas que, na sua percepção, melhorariam as suas condições de vida (ou sobrevivência).

¹⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. Os Símbolos do “Progresso” e a “Populaça” do Recife, 1840-1860. in *Cidades Brasileiras – Políticas Urbanas e Dimensão Cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1998. p. 52-70.